

Autogestão como horizonte: alternativas e entraves ao planejamento urbano na cidade sul-americana.

Helena Fátima Alves Martins Miranda Lana

Mestre em Arquitetura e Urbanismo; Professora no Centro Universitário UNA, Associada Arquitetas Sem Fronteiras - ASF Brasil.
helenalana.arq@gmail.com

Lais Grossi de Oliveira

Doutoranda em Geografia; Mestre em Arquitetura e Urbanismo, Professora no Centro Universitário UNIFEMM Sete Lagoas, Associada Arquitetas Sem Fronteiras - ASF Brasil.
grossideoliveira.lais@gmail.com

Bruna Camposano Médici

Graduada em Arquitetura e Urbanismo. Pesquisadora técnica pela PUC Minas. Associada Arquitetas Sem Fronteiras - ASF Brasil.
brumedici@gmail.com

Luiza Fernanda da Silva

Mestre em Arquitetura e Urbanismo; Professora na PUC Minas, Associada Arquitetas Sem Fronteiras - ASF Brasil.
lulifsilva@gmail.com

Eixo: O planejamento urbano e regional na produção da cidade sul-americana contemporânea

Introdução

A cidade é produzida pelas relações sócio-espaciais de uma miríade de agentes que modelam o espaço segundo interesses, significações e fatores estruturais (SOUZA, 2006). Ainda que caiba ao poder público e que seja supostamente norteados pelo bem comum, a realidade é que o planejamento urbano é fruto da interação dos diferentes interesses em jogo e esses agentes possuem poder de influência imensamente desigual. A cidade é, portanto, um campo em constante disputa. Neste contexto o Estado representa um agente fundamental, pois centraliza recursos e o controle legal sobre o espaço. Logo, toda produção do espaço fora do Estado ou sem sua autorização é considerada ilegal ainda que legítima e voltada para o bem da coletividade.

O Estado não é uma entidade homogênea, no entanto, vemos historicamente seu alinhamento a processos de produção de cidades desiguais e na reprodução de dominações, sobretudo, mas não exclusivamente, as do modo de produção capitalista. Fora do Estado, agentes que se contrapõem a tal hegemonia catalisam demandas e ações pela transformação da maneira como são produzidas as cidades e realizam, portanto, ações de planejamento urbano, ainda que de forma precária e incipiente. Esses processos são capazes de criar redes de ação que, em geral, nascem emergenciais, pela necessidade e pela sobrevivência de grupos marginalizados. Como demandam recursos, logo se desarticulam ou se submetem à lógica hegemônica.

A Associação Arquitetas Sem Fronteiras - ASF Brasil - é uma das entidades dentro desse contexto de disputas na produção do espaço urbano. Atuamos na assessoria técnica às questões e demandas sistematicamente silenciadas de grupos desfavorecidos como populações residentes em favelas e em ocupações urbanas. Em nossa atuação apostamos na autogestão como potencial catalisadora de ganhos de autonomia coletiva. Acreditamos que a disseminação de práticas autogestionárias pode conduzir em médio e longo prazo à constituição de “[...] uma forma de democracia superior à democracia formal do capitalismo ocidental, pois dá às pessoas o poder de tomar decisões nas áreas mais vitais de seu próprio interesse.” (CARVALHO, 1983, p.96). Na autogestão a autonomia é princípio e objetivo. Significa que as regras às quais as ações estão submetidas são acordadas entre os integrantes do grupo envolvido, e não impostas por forças ou interesses externos. Entendemos, contudo, que um processo de autogestão é construído em um meio hostil, sendo, por isso, permeado de contradições e desafios.

Não se trata de negar o Estado. As ações dependem de recursos que ele concentra. Esses recursos não são somente financeiros, mas humanos, técnicos, informacionais, legais e simbólicos. A reivindicação é que a sociedade possa acessá-los para apoiar os processos de tomadas de decisão e, assim, exercer a autogestão em áreas de seu interesse. Para tanto é necessário transformar o próprio Estado que é, salvo raras exceções, um agente desmobilizador das ações coletivas empreendidas fora de seu controle. Ainda que o Estado as reconheça e as apoie, pois existem brechas, tais ações correm o risco constante de serem por ele neutralizadas.

As experiências nas quais a ASF se envolve nascem, em sua maioria, das precariedades. Elas se constituem quando o Estado não é capaz de gerir os espaços de maneira justa e garantir direitos básicos. Reside aí sua potência e sua fragilidade. São potências pois possibilitam processos político-pedagógicos que geram ganhos de autonomia, individual e coletiva. Ao mesmo tempo são frágeis pela precariedade de um contexto de falta de recursos.

Para esse artigo, propomos a discussão da experiência do Pocim Vivo, na qual tivemos atuação direta. Trata-se da tentativa de implantação de um parque autogestionário em um terreno abandonado no Aglomerado da Serra, a maior favela no município de Belo Horizonte, Minas Gerais. Nosso objetivo é evidenciar os principais entraves e potencialidades ao exercício da autogestão. Especialmente nesse momento de tentativa de dissolução da ideia de solidariedade social empreendida pelo governo federal é importante apresentar experiências, mesmo que embrionárias, que apontem para outras possibilidades de construção de cidades.

Pocim Vivo: busca pela autogestão

O Pocim Vivo foi um grupo formado por moradores do Aglomerado da Serra e arquitetas da ASF. O objetivo era a implantação de um parque público em sistema de autogestão em um grande terreno na Vila Marçola, uma das favelas integrantes do Aglomerado da Serra. O projeto foi o desdobramento de um programa desenvolvido entre 2015 e 2016, em uma parceria entre a ASF e a Casa de Apoio Operacional das Promotorias de Direitos Humanos do Ministério Público de Minas Gerais (CAODH-MPMG): o Programa de Apoio à Ação Comunitária e Autogestionária (PAACA). Seu objetivo era testar possibilidades de resoluções de conflitos de forma extrajudicial. A parceria com a ASF se deu em razão de suas práticas de assessoria técnica e mobilização há mais de 15 anos. Em 2016, moradores da região, a ASF e o CAODH se reuniram para identificar demandas que pudessem ser tratadas pelo programa. Dentre as questões levantadas surgiu uma discussão sobre o abandono das áreas de recuperação ambiental definidas ou criadas a partir do Programa Vila Viva.

Entre 2005 e 2011 o Programa Vila Viva atuou no Aglomerado da Serra realizando intervenções de requalificação urbanística, guiado por um instrumento de planejamento urbano denominado PGE (Plano Global específico). O PGE se estrutura em três eixos de ação: urbanístico-ambiental, socioeconômico e jurídico-legal. Fazia parte do eixo urbanístico-ambiental a proposta de recuperação dos cursos d'água existentes. Para tal as famílias residentes em torno desses foram removidas, seguindo uma lógica recorrente nas políticas públicas brasileiras de apartar a população da natureza a ser conservada.

A estratégia para recuperação ambiental foi a instalação de interceptores de esgoto ao longo desses cursos d'água que foram integrados ao sistema formal de saneamento da COPASA MG (Companhia de Saneamento de Minas Gerais). Segundo o PGE, as áreas de recuperação ambiental seriam transformadas em parques públicos. No entanto, essas áreas foram cercadas e na maior parte delas o

entulho gerado pelas remoções foi mantido e acomodado ao longo do terreno como “solução” de manejo desses resíduos. Apesar disso, essas áreas são oficialmente registradas como parques.

Ainda que as intervenções tenham efetivamente impedido a contaminação das nascentes a curto prazo, não foi considerado os impactos das rupturas sociais e espaciais promovidos pela separação dessas áreas do cotidiano das comunidades do entorno. A população, assim, deixou de conviver cotidianamente com os cursos d’água, distanciando-se fisicamente e emocionalmente desses espaços. Não se considerou ainda no escopo do projeto de intervenção uma estratégia que desse conta de lidar com a intensa dinâmica de construção nas favelas, marcada pela autoprodução de moradias que são constantemente transformadas por rearranjos espaciais. “Essa realidade, a médio prazo, provocou o retorno da degradação das linhas de drenagem e dos cursos d’água, pois a população não foi preparada ou autorizada a dar continuidade à recuperação ambiental do território”. (SILVA, 2018, p. 72).

Como resultado dessas intervenções, algumas áreas de recuperação ambiental se transformaram em grandes vazios urbanos que servem ao despejo de lixo e entulho e atraem pragas urbanas, além de constituírem risco em períodos de chuva pelo entupimento do sistema de escoamento de água e carreamento de detritos e materiais de montante à jusante. Outras áreas foram incorporadas no mercado imobiliário informal da favela, com a construção de moradias para locação.

Diante desse cenário o grupo Pocim Vivo decidiu pela implantação de um projeto piloto de um equipamento público em uma dessas áreas. Dentre os cinco “parques” do Vila Viva, o grupo optou por atuar na área denominada pela prefeitura de “Parque Ecológico do Pocinho”, ou, como denominada pelos moradores, simplesmente “Pocim”. O Pocim consiste em uma área pública de 23.000m², resultado do processo de intervenção do Vila Viva no Aglomerado da Serra (figura 1). Seu nome se deve à existência no passado de poços que concentravam as águas advindas das nascentes que existiam na região. Os argumentos que levaram à escolha dessa área centravam-se no fato de que ela não se encontrava dominada por nenhum ocupante na época. Se por um lado o argumento poderia significar a tentativa do grupo se preservar dos possíveis conflitos advindos da atuação em um espaço de clara disputa, por outro evidenciava a grande vulnerabilidade dessa área aos processos de reocupação e degradação, uma vez que não ela “pertencia” a ninguém.



Figura 01: Imagem aérea do Pocim. **Fonte:** Fotografia de Eduardo Gontijo, 2017.

A atuação do grupo no terreno se iniciou no segundo semestre de 2016. O propósito era resgatar a conexão da população do entorno com esse a partir da construção de um espaço de lazer e de geração de renda, na esperança de reduzir os lançamentos de entulho e lixo. Como aposta no potencial de ganhos de autonomia coletiva, a ASF propôs a implantação de um parque autogerido, que fosse imaginado, produzido e administrado pelos próprios moradores. Embora a autogestão já seja prática cotidiana dos moradores de favelas e ocupações, essa se dá em caráter emergencial e em nível de vizinhança direta, o que dificulta incorporar este processo como uma organização política e em maior escala. A proposta visava a reparação dos danos coletivos sociais e ambientais gerados pelo poder público. Desse modo, a sustentabilidade econômica do projeto dependia da disponibilização de recursos públicos como reparação de tais danos. Além disso, investigavam-se formas de construir uma economia solidária, onde os gestores pudessem explorar os potenciais produtivos da terra de forma coerente e responsável com o caráter de recuperação ambiental da área, gerando renda dentro da comunidade. Por fim, era vislumbrado um projeto em que os próprios moradores fossem protagonistas na criação e manutenção de um parque público, sem, no entanto, abrir mão da reivindicação de reparação dos danos causados pelo Estado.

O grupo realizou diversas ações no terreno: mutirões de limpeza, construção de uma área de convivência e de um mirante e eventos para ampliar a visibilidade do espaço e sua rede de apoiadores (figura 02 e 03). No fim de 2017 ocorreram dois incêndios na área e a destruição dos espaços criados. Essas ações evidenciaram conflitos latentes em relação àquele local. O terreno é um espaço em disputa. Assim como outras favelas, o Aglomerado da Serra é uma área de alta densidade de ocupação. Seus espaços vazios, portanto, são bastante disputados, sobretudo por grupos ligados ao tráfico, para incorporá-los ao mercado informal de aluguéis. Tal disputa inibiu a ação do grupo e a incorporação de outros moradores que eventualmente quisessem tomar parte do processo de implantação do parque. O poder público se furtou de intervir nos conflitos. Aos poucos o grupo se desarticulou e decidiu, no início de 2019, por sua dissolução oficial. Atualmente está em curso uma negociação junto ao projeto “Agroecologia na Periferia”, cujo objetivo é a construção de práticas agrícolas associadas a recuperação ambiental em processos construídos junto à população. Aguardam-se ainda os encaminhamentos.



Figura 02: Mutirão para construção do mirante. **Fonte:** Pocim Vivo, 2017.



Figura 03: Área de convivência. **Fonte:** Pocim Vivo, 2017.

É fundamental compreendermos o processo e o impacto das intervenções nessa área de maneira a destacar a origem de alguns dos entraves ao projeto. Como já se pontuou brevemente, com a implantação dos interceptores de esgoto e o cercamento do Pocim geraram-se interrupções bruscas nos fluxos pré-existentes. A área se transformou em uma grande barreira completamente afastada da vida cotidiana e da memória da população. Além disso, a existência dos escombros gerados na demolição das moradias permanecem até hoje no local, o que reforça a paisagem de abandono e descaso e mantém no imaginário da população local o violento processo de remoção dos antigos moradores.

Embora o discurso do poder público se apoie numa pretensa participação durante todo o processo de remoção, a realidade se mostra bem diferente. É comum ouvirmos a revolta e desconhecimento em relação ao processo de participação popular para a implantação do Programa Vila Viva. Luiz, morador da área, conta que as reuniões eram esporádicas, dificultando a regularidade na participação da população. Além disso, essas aconteciam em horários que coincidiam com o período de trabalho da maior parte dos moradores. O resultado é que poucos puderam de fato acompanhar as reuniões que trataram das remoções. Associado a isso, Luiz conta que os moradores não compreendiam os projetos

apresentados - o que evidencia a pouca importância dada aos princípios básicos de um diálogo, fundamental em um processo que se anunciava integrador e democrático. Desse modo, nos é cabível inferir que o processo participativo serviu apenas para domesticar os envolvidos e apaziguar possíveis conflitos, sem a consideração real de alternativas de participação política direta nas decisões sobre as transformações do espaço. O que restava aos moradores eram decisões bem limitadas sobre pontos específicos do programa que não afetavam seus objetivos primordiais, mas conferiam uma “aura” participativa e democrática. Por isso reiteramos o caráter violento das remoções ocorridas, impostas aos moradores que, por sua vez, não tinham força política para questioná-las.

As remoções acarretaram na ruptura de relações sociais. Dona Maria, que reside há 40 anos na Vila Marçola, conta que antes da canalização de água pela rede formal da COPASA existiam alguns poços no terreno de onde moradores instalaram um encanamento que concentrava a água em um ponto na parte baixa desse. Moradores de outras partes da vila desciam até ali para recolher água para os afazeres domésticos. Por tal necessidade criou-se um ponto de encontro naquele local, dotando-o de significado para aquela população. Portanto, o Pocim não é só um espaço, mas símbolo das relações sociais que existiam naquele lugar. A parte baixa do terreno, onde localiza-se a Rua da Passagem, era também um dos pontos de encontro da região, onde realizavam-se festas que permitiam a criação de relações sociais preciosas para os moradores. Ademais, a delimitação formal do Pocim dada pelo poder público a partir da intervenção do Vila Viva, não coincide com o imaginário da população local. Dona Maria, por exemplo, embora resida fora dos limites formais delimitados pelo poder público, se reconhece como moradora do Pocim e não da Vila Marçola. Portanto, as intervenções do Vila Viva desconsideram os significados dos territórios historicamente constituídos.

Moradores nos contam que muitos de seus antigos vizinhos não conseguiram permanecer na Vila Marçola em razão dos baixos valores de indenização. Embora a região seja construída a partir da ocupação dos moradores há décadas, não há o reconhecimento legal da titulação de suas moradias, como é prática comum nas cidades brasileiras. Dessa forma, em casos de remoções somente é considerado o valor das benfeitorias realizadas, da construção em si, sem o valor do terreno. Isso resulta em indenizações que não condizem com os preços dos imóveis da região. Soma-se a isso o fato de que o período de atuação do Vila Viva no Aglomerado da Serra coincidiu com uma tendência de valorização dos imóveis em todo o município (PAIXÃO e LUPURINI, 2018). Essa conjuntura é relatada por moradores do entorno do Pocim. Desse modo, aos removidos restavam duas opções: receber uma unidade habitacional nos prédios construídos para reassentamento em uma das comunidades da Serra - reconhecidos pela baixa qualidade construtiva e por romperem drasticamente

com os modos de vida da população local - , ou por receberem os valores da indenização e buscarem imóveis mais baratos em regiões menos valorizadas da cidade ou em cidades vizinhas.

O processo de expulsão dos antigos moradores, associado ao abandono da área pelo poder público, gerou um estigma nesse espaço que dificultou as ações do grupo Pocim Vivo. Sobretudo porque o seu discurso, que pleiteava a real recuperação ambiental da área, se aproximava aos argumentos utilizados para a remoção dos antigos moradores. Associado a isso, existem conflitos entre os moradores relacionados aos impactos do estado de degradação do terreno. A esse respeito, é importante marcar a inexistência de um programa de manejo dos resíduos da construção civil pelo poder público. Com a intensa atividade construtiva em toda a cidade e a falta de programas de manejo, era de se esperar que um grande vazio urbano como o Pocim logo iria se tornar foco de despejo de entulho e de outros materiais, especialmente grandes volumes como sofás, eletrodomésticos etc. Isso traz graves problemas para a vizinhança, como surtos de pragas urbanas e carreamento de resíduos à jusante nos períodos de chuva. Aqueles que residem ao lado do Pocim e sofrem mais diretamente os impactos dessas ações, responsabilizam os demais pelo estado degradado da área, ao invés da ineficiência do poder público de lidar com essa dinâmica. Estabelece-se, assim, uma relação de “nós” (os que não poluem) e os “outros” (os poluidores) o que mina as possibilidades de uma organização popular que pudesse pressionar o poder público a cumprir com suas obrigações e a reparar os danos causados por suas ações.

Há, por todos os fatores explanados, um clima de descrença dos moradores em relação a qualquer processo que tente recuperar ambientalmente o Pocim. Esse foi um dos principais entraves à atuação do grupo Pocim Vivo, uma vez que a produção de um parque autogestionário dependia diretamente do engajamento dos moradores.

Entraves à autogestão

O Pocim Vivo partiu de uma ação que se deu fora do Estado, e em reação a ele, e fez parte de uma rede de agentes que também atuam dessa forma. No entanto, o projeto nasceu dentro de um paradoxo: entre a instituição e a autogestão.

Era necessário o reconhecimento oficial da ação para buscar um financiamento e iniciar o projeto. Porém, para firmar o processo e acessar um recurso articulado pelo CAODH, o grupo Pocim Vivo se submeteu a sua lógica institucional. Foi sugerido para tal o convênio Adote o Verde, da prefeitura de Belo Horizonte. Esse programa foi formatado para empresas e instituições que desejam adotar uma

área verde da cidade, em geral pequenos canteiros ou praças, e tem como contrapartida o direito de inserir placas com nome e logotipos do adotante. Como suporte para a ação, a prefeitura fornece um ponto de abastecimento de água e de energia elétrica e apoio técnico. Na prática, o Adote o Verde é um programa voltado ao marketing de empresas que desejem associar sua imagem à ideia de responsabilidade social. É claro, portanto, que o Pocim não se enquadrava nos moldes do programa. Não somente pela dimensão do terreno, muito maior que os espaços usualmente adotados, mas porque a visibilidade como contrapartida não era objetivo do grupo, que também não contava com os recursos de uma empresa privada. Apesar disso, o convênio foi o meio encontrado para legitimar institucionalmente a ação.

Como o grupo Pocim Vivo não se consolidou como uma entidade jurídica, a ASF assumiu a responsabilidade legal pelo convênio. Além disso, a ASF se responsabilizou pela administração do recurso articulado pelo CAODH, novamente por uma questão burocrática, uma vez que o grupo Pocim Vivo não tinha condições de legalmente prestar contas dos gastos. Tais pontos foram problemáticos porque reforçaram as assimetrias já existentes entre as arquitetas da ASF e os moradores. Um processo de autogestão demanda que os recursos também sejam autogeridos, onde todos os agentes incluídos tenham parte em mesma proporção nas tomadas de decisões. A tutela da ASF, por mais que tenha ocorrido como uma alternativa de colocar em prática as obras para a resolução da demanda, reforçou a hierarquia tecnicista no campo. Para os moradores envolvidos, pairava a sensação de inferioridade, ou não "capazes" de gerirem o projeto. Para os profissionais atuantes, foi delegado o "poder" de dominar e assumir responsabilidades técnicas e de fala.

Apesar do enquadramento da ação dentro da prefeitura, o Pocim Vivo não contou com o seu apoio. Nos primeiros meses de atuação foi iniciada a construção de uma horta. No entanto a proposta foi inviabilizada pela falta de um ponto de água, parte do convênio do Adote o Verde não cumprida pela Prefeitura. A concessionária responsável, a COPASA, se negou a oferecer o serviço e apoiou sua negativa em uma visão preconceituosa em relação à favela, afirmando que os moradores do entorno fariam ligações clandestinas para o abastecimento individual. O argumento emerge das condições históricas de precariedade das ocupações às margens da cidade formal, que impelem seus moradores a realizarem essas ligações para suprir os serviços básicos negados a eles. No entanto, os moradores das favelas da Serra, em sua maior parte, já possuem o acesso formalizado à água, mas ainda assim carregam o estigma de serem parasitas do sistema público. É um processo perpétuo de marginalização dessa população.

No segundo semestre de 2017 o grupo articulou uma reunião na prefeitura com o objetivo de resolver a questão do fornecimento de água, além de buscar apoio técnico e financeiro para execução de uma quadra no terreno, que era uma das demandas da população. Os representantes da prefeitura impuseram diversos obstáculos às ações do grupo além de estabelecer a necessidade da elaboração de um projeto formal para que fosse possível pleitear os recursos. O posicionamento da prefeitura evidenciou que a lógica com que essa instituição opera desconsidera tanto os processos autogestionários como a própria dinâmica de construção da favela. Esses acontecem em outra temporalidade e de outras formas. Desde o início do Pocim Vivo se fez presente uma crítica à proposta de um projeto formal, por acreditarmos que ele é fruto de um processo individual, centralizador e que contraria a proposta de uma construção coletiva.

A proposta do Pocim Vivo é de um planejamento continuado, democrático, que propõe superar a centralização dos arquitetos como os únicos detentores da razão nas tomadas de decisão sobre a produção do espaço. A essa demanda feita ao grupo, está explícita, ainda, a dificuldade dos gestores públicos em lidar com as dinâmicas particulares da organização socioespacial típicas da cidade informal. Luizinho, um morador da Serra e integrante do Pocim Vivo, ressaltou muito bem essa realidade na reunião, ao afirmar aos gestores que a favela não foi construída a partir de projetos, mas é cotidianamente produzida e transformada pelos próprios moradores, paulatinamente e de acordo com suas condições financeiras. De acordo com ele, “se a favela é toda feita com trabalho de formiguinha, por que a consolidação desse parque deveria ser diferente?” (SILVA, 2018, p. 117).

A partir dos apontamentos podemos tecer algumas considerações. Há uma limitação intrínseca ao Estado quanto ao apoio aos processos populares. Constantemente o processo esteve permeado pela tentativa de moldar a ação ao seu *modus operandi*. A necessidade do convênio Adote o Verde, por exemplo, representa uma tentativa de enquadrar um processo cuja potência reside justamente na sua permeabilidade, na sua mutabilidade e nos diferentes atores que entram e saem das dinâmicas.

No fim das contas o que a prefeitura imputou ao Pocim Vivo foi uma autogestão dos problemas. Ela se eximiu da responsabilidade pelo terreno, legando ao grupo sua manutenção sem recursos. Pleiteamos uma ação reparatória da prefeitura, que em um processo antidemocrático removeu centenas de famílias, rompendo relações sociais e deixando um enorme vazio urbano. Não somente devem reparados os danos gerados, mas, se a população assim desejar, ela pode ser gestora de tal processo. Para isso, no entanto, é fundamental o acesso aos recursos públicos, tanto financeiros, quanto técnicos, legais e simbólicos. Sem eles, a ação popular está possivelmente fadada à neutralização ou à efemeridade.

A doação recebida inicialmente foi somente capaz de remunerar, por pouco tempo e de forma precária, moradores e arquitetas e para comprar insumos que possibilitaram a construção dos espaços, mas era

insuficiente para as demandas de manutenção e de constante mobilização, especialmente para engajar moradores da comunidade. Sem a possibilidade de acessar os recursos da prefeitura, boa parte do processo se deu a partir do trabalho voluntário. Esse tipo de trabalho tem curto fôlego: as pessoas se mobilizam enquanto podem, mas não tem condições de se manterem a longo prazo trabalhando voluntariamente. Por mais que haja desejo de uma participação popular, não podemos tratar essa e as ações autogestionárias, principalmente em zonas precárias, como um limbo dentro do sistema capitalista. A não remuneração para os envolvidos reduz o tempo destes na atuação direta e o processo se torna efêmero.

É importante destacar que há uma frequente romantização em relação ao trabalho voluntário que não serve às ações populares. Há o risco constante das condições precárias de trabalhos voluntários serem instrumentalizadas pelo poder público, como forma de política. Como um vício da virtude dos mutirões (OLIVEIRA, 2006). Os recursos públicos devem ser tomados como públicos efetivamente. É cruel o estímulo ao trabalho voluntário porque possibilita ao Estado se abster de investir nos espaços públicos. E se algo dá errado no caminho, abrem-se margens para que esse se isente mais uma vez da responsabilidade e ainda culpabilize a população, reiterando a ineficácia de ações coletivas e democráticas. A alternativa posta é a incorporação pelo Estado da autogestão como alternativa da ação popular. Tendo em vista que essa frequentemente tem neutralizado seu potencial de gerar ganhos de autonomia considerando estar submetida ao Estado que tem um modus operandi rígido e impermeável à ideia da autogestão.

A aposta na autogestão

A ausência do Estado junto às ocupações urbanas, favelas, moradores de ruas, assentamentos rurais etc, permite uma maior flexibilidade dos corpos e é neste lugar onde se situam muitos dos processos autogestionários. No entanto, a falta do Estado enquanto instituição, com suas regras, aportes de recursos e afins, não significa que ele não atua ali. O anseio dos grupos excluídos é, em geral, o da cidade hegemônica controlada pelas instituições tradicionais.

Sendo assim, ampliar as redes de ações para além dos momentos de resistência e de enfrentamento das precariedades é necessário para a proposição de outros horizontes. Consolidar uma rede de agentes cada vez mais múltipla e de maior movimento, é um importante mecanismo para um planejamento urbano mais justo, sustentável e descentralizado.

Como vimos, o envolvimento da comunidade e o suporte do poder público municipal foram os principais desafios enfrentados pelo grupo Pocim Vivo durante seus dois anos de atividade na Vila Marçola. É importante, portanto, para traçar os futuras possibilidades de ação, entender o território, os atores locais e suas disputas de poderes.

O argumento da preservação ambiental cunhado pelo grupo Pocim Vivo é visto com ceticismo por parte da população local, pois se aproxima ao discurso dos agentes promotores do Programa Vila Viva, cujas estratégias significaram a piora da vida cotidiana da comunidade. Para além das várias famílias removidas sob o argumento da preservação ambiental, aquelas que se mantiveram no local são forçadas à, diariamente, conviverem com a insalubridade e os impactos de viver às bordas de uma área que tornou-se local para despejo de lixo e de entulho. No entanto, apesar de objetivos próximos, enquanto a estratégia do poder público foi a de alienar da vida cotidiana as áreas a serem preservadas, acreditamos que a única maneira possível de recuperação ambiental é reconectando natureza e população e recuperando suas relações de troca.

Essa desmobilização local causada pelos problemas previamente mencionados é um dos grandes obstáculos do grupo: como uma tentativa de construção de um processo de autogestão é necessário um envolvimento duradouro da comunidade. No entanto, as associadas da ASF, de onde surgiu originalmente a proposta da autogestão, acabaram tornando-se protagonistas no processo, o que é bastante contraditório.

Em termos mais amplos, não existe uma estrutura institucional para apoio aos processos de autogestão. Como dito, a implantação de um parque requer muito trabalho e investimento financeiro e estes gastos devem ser de responsabilidade do Estado e não da comunidade. Sem qualquer suporte do Estado, o grupo Pocim Vivo teve que contar com trabalho voluntário de seus membros e parceiros. Reivindicar que o Estado apoie as ações populares não significa que ele deva centralizar o poder de decisão. É necessário pressioná-lo, não para que ele imponha aos processos populares sua lógica institucionalizante, mas para sua transformação de maneira a reconhecer e acolher tais ações sem que, para isso, elas tenham que se adaptar ao seu modus operandi. Processos de autogestão, como o caso do Pocim Vivo, conseguem justamente tensionar as práticas do poder público e de seus técnicos. Um exemplo foi o já relatado requerimento de projetos arquitetônicos e paisagísticos pelo poder público para o acesso aos seus recursos. Em nossa perspectiva, isso somente reforçaria a imposição de um projeto estático sobre o espaço das favelas que é dinâmico. Para o grupo Pocim Vivo o plano de uso da

área deve ser desenvolvido de maneira contínua e democrática, onde arquitetas proporcionam apoio técnico, mas que a decisão é tomada pelos habitantes do lugar.

Outro grande desafio do grupo relacionava-se a sua natureza interna. Como mencionado anteriormente, ele era formado por moradores do entorno e de outras favelas da Serra e pelas arquitetas da ASF. Isso significa que seus membros são de diferentes classes sociais e têm distintas experiências de vida. Frequentemente os moradores atribuíram às arquitetas da ASF a responsabilidade por decisões, o que é extremamente complicado em um processo que deveria ser autogerido por todos seus participantes. Assim, em processos compostos por grupos heterogêneos é necessário reconhecer as disparidades sociais e seus efeitos internos a fim construir gradualmente estruturas cada vez menos hierarquizadas.

Apesar dos desafios e incompletudes, acreditamos no grande potencial da experiência do Pocim Vivo, pela afirmação da autogestão como alternativa na administração de espaços públicos. A existência de moradores que acreditaram nessa proposta representou um crescente desejo da comunidade por autonomia e democracia na gestão de seus espaços. A construção coletiva do parque foi um processo político-pedagógico. O direito à tomada de decisões e à autogestão leva a meios mais saudáveis e mais democráticos de se viver na cidade e de se estabelecerem relações com o meio ambiente. A maior realização do grupo até os dias de hoje foi, portanto, a de restabelecer o Pocim como parte do cotidiano da comunidade, remontando seus significados históricos. As memórias das águas do Pocim e a vontade de recuperá-las estão presentes novamente nos debates da comunidade.

Referências

CARVALHO, Nanci Valadares. **Autogestão: o governo pela autonomia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

OLIVEIRA, Francisco de. O vício da virtude: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil. **Novos estudos CEBRAP**. São Paulo, N. 74, março 2006. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002006000100005>. Acesso em: agosto 2019.

PAIXÃO, Luiz Andrés Ribeiro; LUPURINI, Viviane. A Valorização Imobiliária Em Belo Horizonte, 1995-2012: uma análise hedônica-quantílica. In: Anais do XLIV Encontro Nacional de Economia, 2016, Niterói, **Anais...**, Disponível em:

<https://www.anpec.org.br/encontro/2016/submissao/files_/i8-123b3d979c67b007be52fc8879777560.pdf>. Acesso em: agosto 2019.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades**. Rio de Janeiro: Betrand Brasil, 2006.

SILVA, Luiza Fernanda. **Investigações para a produção emancipatória de um parque urbano**. Dissertação (mestrado) - NPGAU, UFMG. Belo Horizonte, 2018.